

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.031 - RJ (2019/0260594-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : T M DA V
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por T M DA V contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que não admitiu o recurso especial.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena de 3 meses de detenção, em regime inicial aberto, a qual foi suspensa, nos termos do art. 78, § 2º, do Código Penal, pela prática do delito previsto no art. 129, § 9º, do Código Penal.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante a Corte de origem, a qual negou provimento à irresignação, mantendo todos os termos do édito condenatório.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Contra a decisão foi apresentado recurso especial, com fulcro na alínea *a*, do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, o qual não foi admitido na origem, com fundamento nas Súmulas n. 7 e 83/STJ.

No presente recurso, alega o agravante que os óbices indicados na decisão de admissibilidade não incidiriam na espécie.

Requer o acolhimento do agravo, a fim de que seja admitido e provido o recurso especial.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento da irresignação.

É o relatório.

Devidamente impugnada a decisão de admissibilidade, merece exame o inconformismo.

Preliminarmente, quanto à suposta violação do art. 619 do Código de Processo Penal, a Corte *a quo* afastou a alegação de existência de omissão no acórdão embargado nos seguintes termos:

"Embora se constate erro material na data dos fatos descritos na denúncia, onde consta 30 de dezembro de 2014, é certo que, as peças de investigação policial, tais como a Portaria, o Registro de Ocorrência e demais documentos relativos ao Inquérito Policial, demonstram que os fatos datam do dia 1º de dezembro de 2014, porém, o referido erro material não implica em modificação da decisão, isto é, não gera alteração de mérito, eis que, possibilitou a elucidação dos fatos, garantindo o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa ao embargante, inclusive, o acusado, em juízo,

Superior Tribunal de Justiça

teria trazido a sua versão sobre os fatos e, confessado que agrediu a vítima.

De outra banda, tem-se que a materialidade restou suficientemente comprovada, seja diante do Auto de Exame de Corpo de Delito, seja em razão do Boletim de Atendimento Médico nº 048-1214.

Resta claro, que o embargante busca uma nova discussão sobre questões já decididas, com o fim de conferir efeito modificativo ao julgado." (e-STJ fl. 218/219)

Não obstante, o agravante afirma que o Tribunal de origem teria incorrido em omissão, porquanto não teria se pronunciado acerca da ausência de materialidade do delito, já que o laudo pericial acostado aos autos apontaria lesões incompatíveis com as descritas pela vítima e que a data do fato constante na denúncia estaria incorreta.

Entretanto, o que se observa da análise dos autos é que a Corte *a quo* expressamente se manifestou com relação ao ponto, tanto no acórdão proferido no julgamento da apelação (e-STJ fls. 181/182), como no acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração (trecho acima transcrito).

Infere-se, portanto, que a decisão do colegiado estadual encontra-se em harmonia com a jurisprudência deste Sodalício, segundo a qual *"não ocorre a violação do art. 619 do CPP quando o acórdão, apesar de contrário à pretensão da parte, se manifesta expressamente sobre a matéria controvertida"* (REsp 1580435/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016).

Outrossim, é cediço por este Tribunal Superior que o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pelo recorrente ao proferir decisão no processo, bastando que, pela motivação apresentada, seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em testilha.

Tal entendimento foi confirmado pela Primeira Turma deste Sodalício, após a entrada em vigor do novo CPC, conforme noticiado no Informativo n. 585/STJ, *in verbis*:

Mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra decisão que não se pronuncie tão somente sobre argumento incapaz de infirmar a conclusão adotada. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo inciso IV do § 1º do art. 489 do CPC/2015 ["§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: [...] IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no

Superior Tribunal de Justiça

processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"] veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo STJ, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão.

(EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016, grifou-se)

Dessa forma, o que se observa é o puro e simples inconformismo do recorrente com a solução dada pelo Tribunal *a quo* à controvérsia no que diz à prova da materialidade do delito, questão que foi devidamente debatida na instância de origem e que não dá ensejo à suscitada violação do art. 619 do CPP, haja vista que, para esta Corte de Superposição, *"a insatisfação com o resultado trazido na decisão judicial não significa deficiência ou ausência de prestação jurisdicional"* (EDcl no AgRg nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 649.137/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 29/03/2016).

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. AUSENTES OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU AMBIGUIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A mera irresignação com o resultado do julgamento, visando, assim, à reversão do que já foi regularmente decidido, não tem o condão de viabilizar a oposição dos aclaratórios. O cabimento dos embargos de declaração está vinculado à demonstração de que a decisão embargada apresenta um dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, o que não se verifica no caso dos autos.

[...]

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 329.892/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 02/03/2018, grifou-se)

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA O JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REVISÃO DO JULGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

[...]

4. Na hipótese em exame, não há falar em omissão ou contradição no julgado, que concluiu pela ausência de nulidade

Superior Tribunal de Justiça

na instrução criminal, uma vez que, por mais de uma vez, o embargante foi intimado para constituir advogado de sua confiança, permanecendo, entretanto, inerte.

5. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração, como recurso de correção, destinam-se a suprir omissão, contradição e ambiguidade ou obscuridade existente no julgado. Não se prestam, portanto, para sua revisão no caso de mero inconformismo da parte.

6. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no HC 386.620/AP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 30/08/2017, grifou-se)

Dessa forma, estando o acórdão impugnado de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto na Súmula n. 83/STJ, também aplicável ao recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

No que tange à suposta contrariedade aos arts. 167, 564, inciso III, alínea *b*, 567 e 572, sob o argumento de que não existiria prova da materialidade do delito, porquanto as lesões apontadas no laudo pericial seriam incompatíveis com aquelas descritas pela vítima, importante observar a fundamentação apresentada pelo Tribunal *a quo*, a saber:

"Em que pese o esforço da ilustre Defesa em pretender a absolvição do acusado, esta não merece prosperar.

Com efeito, o depoimento da vítima tanto em sede policial, bem como em juízo foram uníssonos, deixando cristalina a dinâmica dos fatos, o que apontou para a confirmação dos fatos narrados na denúncia, sendo idôneos e suficientes para lastrear o decreto condenatório, na medida em foram prestados em juízo, sob a garantia da ampla Defesa e sob o crivo do contraditório.

Verifica-se que a vítima relatou de forma objetiva e coerente as agressões sofridas, sendo certo que o laudo pericial, atesta a presença de equimose violácea e tumefação na vítima, em decorrência de agressão física.

Além do Auto de Exame de Corpo de Delito da vítima, pasta 0024 e do Boletim de Atendimento Médico, Hospital Municipal José Rabello de Mello, pasta 033, ambos dos presentes autos, tem-se também o seu depoimento seguro e firme o bastante, no sentido da violência praticada pelo acusado.

O laudo pericial atesta a presença das seguintes lesões, decorrente de ação contundente, a saber:

[...]

In casu, tanto o Boletim de Emergência, assim como, o

Superior Tribunal de Justiça

exame de corpo de delito atestam sinal externo visível de lesão.

Com efeito, não há que se cogitar em absolvição, se o conjunto probatório noticia que o agente, praticou as lesões corporais, em desfavor da vítima, tanto é que, esta representou criminalmente contra seu ex-companheiro, bem como, novamente requereu novas medidas protetivas prevista na Lei 11.340/06 (pasta 0034).

O suporte probatório coligido nos autos, especialmente a prova oral produzida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, além da prova pericial, é suficiente para confirmar o decreto condenatório, mantendo-se a condenação pelo crime praticado.

In casu, a palavra da vítima, nos crimes de violência doméstica e familiar, possui especial relevo, estando, no caso em comento, também respaldado por laudo pericial." (e-STJ fl. 181/183)

Da análise dos autos, infere-se que a Corte de origem, após percuciente reexame do delineamento fático e probatório coligido aos autos, concluiu pela existência de elementos suficientes para fundamentar o decreto condenatório, nos moldes do art. 129, § 9º, do Código Penal, asseverando que o Boletim de Emergência, assim como o Exame de Corpo de Delito atestam a ocorrência das lesões relatadas pela vítima.

Desse modo, desconstituir o julgado, pela alegação de ausência de prova da materialidade, no intuito de abrigar o pleito defensivo absolutório, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário a este Tribunal Superior aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias, incabível em sede de recurso especial, conforme já consolidado no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. INTERPOSIÇÃO DE MAIS DE UM RECURSO CONTRA A MESMA DECISÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES. LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. ARTS. 302, § 1.º, INCISO IV, C.C O ART. 303, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI N.º 9.503/97). PLEITO ABSOLUTÓRIO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. VERBETE SUMULAR N.º 07 DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O agravo regimental de fls. 306-312 não merece ser conhecido, pois, segundo a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, "quando da interposição simultânea de dois agravos regimentais contra o mesmo ato judicial e pelo mesmo agravante, deve ser conhecido apenas o primeiro deles, por força do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa"

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 1227973/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe de 12/06/2018).

2. Tendo o acórdão recorrido considerado suficientes as provas de autoria e materialidade para a condenação do Agravante, infirmar tais fundamentos com o escopo de absolvê-lo por insuficiência probatória é inviável no âmbito desta Corte Superior de Justiça, pois implicaria o reexame fático-probatório, o que atrai o óbice da Súmula n.º 7 desta Corte.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1292791/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 26/11/2018, grifou-se)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 619 DO CPP. AUSÊNCIA. LESÃO CORPORAL EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PLEITO ABSOLUTÓRIO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 07 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não há violação ao artigo 619 do Código de Processo Penal quando o Tribunal a quo enfrenta as questões e utiliza fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia suscitada nos embargos declaratórios.

2. Se o Tribunal de origem, com base na análise dos elementos fático-probatórios dos autos, entendeu configuradas a autoria e a materialidade delitivas do crime de lesão corporal em contexto de violência doméstica, afastar tal entendimento implicaria o reexame de provas, a incidir o enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 876.308/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 16/12/2016, grifou-se)

Por tais razões, **conheço do agravo e não conheço do recurso especial**, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator